



ACÓRDÃO Nº671/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1828/2012.

Apensos: Processo nº 5022/2014, 5208/2014 e 5225/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Não Possui

4- Órgão: Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR

5- Exercício: 2011

6- Responsáveis: Eronildo Braga Bezerra (Ordenador de Despesa), Alessandra Campêlo da Silva (Ordenador de Despesa), Tanara Lauschner (Ordenador de Despesa), João Ferdinando Barreto (Gestor) e Sônia Sena Alfaia (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICAD-AM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2251/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR. Exercício de 2011.

Regularidade. Regularidade com ressalvas.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. A UNANIMIDADE:

- 10.1.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas, em relação ao período de 01/01/2011 a 11/01/2011, da **Secretaria de Estado de Produção Rural**, sob a responsabilidade dos senhores **João Ferdinando Barreto**, Secretário de Estado e Ordenador de Despesas, e senhora **Sônia Sena Alfaia**, Ex-Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa, no período de 1/1/2011 a 25/3/2011, dando-se quitação aos Responsáveis, nos termos do inciso II do art. 1º; inciso I do art. 22; art. 23 e inciso I do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas, quanto a esse período, expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a



ACÓRDÃO Nº 671/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

economicidade dos atos de gestão;

10.2. POR MAIORIA:

10.2.1 Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Produção Rural, no período de 12/01/2011 a 31/12/2011, sob a responsabilidade do senhor **Eronildo Braga Bezerra**, ex-Secretário de Estado, senhora **Alessandra Campelo da Silva**, ex-Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa, no período 26/3/2011 a 27/6/2011, e senhora **Tanara Lauschner**, ex-Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa, no período de 28/6/2011 a 31/12/2011, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se quitação ao responsável, condicionado ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário;

10.2.2 Aplicar multa ao Sr. **Eronildo Braga Bezerra**, Ex-Secretário de Estado, no período de 12/01/2011 a 31/12/2011, referente à Notificação nº 58/2016 (fls. 4826-4837), **no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 308 do RI-TCE/AM, com base no valor disciplinado pela Resolução 1/2009, à época, em razão de **não atendimento, no prazo fixado**, sem causa justificada, à diligência deste Tribunal (irregularidade “19” da Notificação 58/2016);

10.2.3 Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

10.2.4 Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

10.2.5 determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:



ACÓRDÃO Nº671/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- a) planeje adequadamente as compras e a contratação de serviços durante o exercício financeiro, de forma a evitar a pratica de fracionamento de despesas (inciso II do §7º do art. 15, inciso II do art. 24 e §5º do art. 23, todos da Lei 8.666/1993);
- b) observe se o Projeto Básico está de acordo com o contrato a ser assinado, zelando pela plena eficácia do inciso IX do art. 6º da lei 8.666/93;
- c) adote procedimentos para controlar o gasto de combustíveis, tais como controles relacionados a deslocamentos, quilometragem, consumo de combustíveis, controle do hodômetro, origem e destino, data, hora, nome do solicitante do serviço, além de outras técnicas que possibilitem a boa gestão dos recursos públicos baseado nos princípios da transparência, do interesse público, da eficiência e eficácia;
- d) cumpra o inciso V do art. 37 da CF/88, no sentido de que os servidores dessa secretaria não acumulem cargo comissionado com qualquer outro cargo, em razão também da natureza de exclusividade inerente aos cargos em comissão;
- e) cumpra a regra disciplinada pelo art. 60 da lei 4.320/64, a fim de não realizar despesas sem o prévio empenho;
- f) observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM

10.2.6 Dar conhecimento ao DEATV acerca das irregularidades “7”, “8”, “9”, “10” e “11” da Notificação 197/2012, as quais estão relacionadas a Convênios, a fim de que adote as medidas adequadas ao seu mister.

Vencidos: Os Conselheiros Julio Cabral e Érico Xavier Desterro e Silva, que votaram de acordo com o Parecer Ministerial, pela irregularidade das contas de responsabilidade dos Senhores Eronildo Braga Bezerra, Alessandra Campelo da Silva e Tanara Lauschner, com aplicação de multa e recomendações.



ACÓRDÃO Nº671/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral